

Reforma Agrária, Concentração de Terras e Conflitos no Espaço Agrário da Amazônia Mato-Grossense

Resumo:

O presente estudo teve como objetivo refletir sobre o processo de ocupação do espaço geográfico da Amazônia Mato-Grossense, realizada pelo programa de Reforma Agrária e as conseqüências sob os aspectos sociais econômicos e ambientais. A região do Médio-Norte do Estado do Mato Grosso passou e vem passando por profundas mudanças resultantes da ocupação e uso da terra e dos demais recursos naturais, esse processo de transformação teve início na década de 70, quando a região foi ocupada por meio de políticas do governo federal e por projetos de colonização particulares. A ocupação foi planejada pelos governos militares e colocada em prática com o discurso da efetivação da reforma agrária, projeto político que amenizaria os conflitos envolvendo trabalhadores sem-terra do Sul do país. A reforma em questão favoreceu as empresas colonizadoras privadas que adquiriram milhares de hectares de terra a preços irrisórios. Com a abertura desta nova fronteira agrícola, grandes grupos econômicos nacionais e internacionais, subsidiados pelo governo, instalaram-se na região. A chegada de colonizadores no Estado de Mato Grosso trouxe consigo a violência na disputa territorial, pois nos espaços destinados a ocupação particular habitava tribos indígenas e famílias de posseiros, ocupantes da região muitos anos antes da chegada dos colonizadores. As disputas por terras, os violentos conflitos no campo e a degradação ambiental são problemas de difícil solução na região. Fatos que ocorrem por conta da ocupação indevida de terras indígenas, do latifúndio improdutivo, da grilagem de terras públicas, do uso indevido dos recursos naturais, da omissão e corrupção dos órgãos públicos responsáveis pelas questões agrárias, ambientais, e pelo modelo econômico capitalista baseado na cadeia produtiva do agronegócio que é insustentável do ponto de vista ambiental, econômico e social. O avanço da fronteira agrícola em direção a Amazônia tem contribuído com o aumento da violência no campo. Segundo dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT), o Estado de Mato Grosso e do Pará lideram o *ranking* de assassinatos por motivos territoriais, configurando uma nova geografia dos conflitos agrários. Neste cenário de conflitos e disputas pela terra estão presentes os movimentos sociais do campo como o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) que tem como principal objetivo de luta a implantação de uma reforma agrária de fato que garanta a qualidade social, econômica, cultural e ambiental para os pequenos trabalhadores rurais e para os espaços agrários. no contexto de fortalecimento e consolidação do agronegócio, que se questiona o futuro de milhares de trabalhadores sem-terra, o destino da agricultura familiar na Amazônia mato-grossense, que se encontra ilhada em meio a monocultura da cana-de-açúcar, da soja, do milho e do algodão. A expansão da monocultura e do latifúndio ameaçam a sobrevivência da agricultura familiar nos assentamentos da reforma agrária na região. Muitos deles estão sendo incorporados na produção de grãos para a cadeia produtiva do agronegócio. A agricultura familiar que seria a saída para milhares de mato-grossenses que estão vivendo na linha de pobreza está sendo engolida pela monocultura. A questão ambiental é outro problema grave na região, a floresta amazônica que cobre a região norte do Estado, vem sendo ameaçada pela expansão da monocultura e da pecuária. A cada ano que passa, milhares de hectares de florestas são derrubados para dar lugar a soja e o gado, tornando o estado de Mato Grosso campeão de desmatamento, além disso, há a poluição dos solos, da água e do ar com os agrotóxicos utilizados para a agricultura moderna, e também da presença da soja e do milho transgênicos que hoje correspondem a 30% dos grãos colhidos no Estado. A realização deste trabalho teve por base o levantamento de dados secundários sobre a região em estudo, que foram coletados pela pesquisa bibliográfica (aulas, leitura de textos, livros,

revistas, jornais e *sites* específicos), gráficos, tabelas e fotos, adquiridos junto a órgãos públicos, movimentos sociais e dados primários por meio de visitas a fazendas da agricultura moderna e assentamentos da reforma agrária. Diante do estudo feito chega-se a seguinte conclusão: o processo de ocupação realizada na Amazônia Mato-Grossense favoreceu grandes grupos econômicos que se apropriaram de grandes extensões de terra e dos demais recursos naturais. O Projeto de colonização, da forma como foi realizado, resultou no genocídio dos povos da floresta e dos posseiros, além de ser responsável pela exclusão social, pelo desequilíbrio ambiental dos biomas do Cerrado e da Amazônia, pela devastação da floresta amazônica e pelos conflitos no campo que ocorrem nos dias atuais. Diante da expansão da agricultura moderna, através da monocultura, a agricultura familiar corre o risco de ser esmagada pela monocultura de grãos. Para que a agricultura familiar sobreviva é preciso a existência de políticas públicas, planejamento e projetos de desenvolvimento sustentável que garantam a sustentabilidade social, econômica, cultural e ambiental dos assentamentos e dos pequenos produtores rurais da Amazônia mato-grossense.

Palavra chave: ocupação da Amazônia mato-grossense, reforma agrária, conflitos no campo.

A TERRA dará o seu fruto, e comereis a fartar e nela habitareis seguros. Lv. 25:19.

Introdução

A concentração de terras na América Latina, nas mãos de poucos donatários desde o período colonial excluiu índios, negros e brancos pobres de terem acesso a um pedaço de chão para plantarem, e dali extrair o alimento para a sobrevivência de seus familiares. A concentração da terra nas mãos de poucos gerou e vem gerando pobreza e miséria na vida dos povos latinos americanos. Os países deste continente dentre eles o Brasil, são marcados por uma estrutura social oligárquica com a concentração de terras nas mãos de uma elite branca, que usam as grandes extensões de terras para a produção de produtos para exportação.

O Brasil, um país de dimensões continentais, apresenta a maior concentração de terras nas mãos de poucos, isso ocorre em todas as suas regiões, sendo que, a região que compreende a Amazônia Legal¹ apresenta os maiores latifúndios sob o domínio de uma minoria de brasileiros, onde é comum encontrarmos grupos econômicos concentrando mais de um milhão de hectares de terras, esse problema faz com que a região seja marcada por muitos conflitos na disputa pela posse da terra.

A concentração da terra através do grande latifúndio é uma realidade na região Amazônica nos dias atuais. Na década de 50 a mesma era vista pelo governo de Getúlio Vargas como um verdadeiro “deserto humano”, portanto era preciso ocupá-la e integrá-la ao restante do país, através de uma política de povoamento e de desenvolvimento da região, para tanto, foram criadas várias rodovias federais e órgãos públicos, para facilitar a ocupação e o desenvolvimento da Amazônia Legal. O governo pretendia através de a ocupação estimular a produção agropecuária e expandir o capital na região através de grupos econômicos extrativistas. O projeto de ocupação se estendeu para a década de 70 quando a Amazônia Mato-Grossense foi ocupada através das políticas implantadas pelos militares que incentivaram a colonização particular e alguns projetos oficiais. O processo de ocupação foi violento e depredador, tanto para a natureza como para os povos tradicionais, caboclos, posseiros e, os povos da floresta que não foram respeitados.

¹ Amazônia Legal é uma área que engloba 9 Estados pertencentes a Bacia amazônica, Mato Grosso, Acre, Pará, Amazonas, Rondônia, Roraima, Amapá, Tocantins e Maranhão.

A ocupação da Amazônia mato-grossense foi feita sob o discurso da Reforma Agrária, que iria amenizar os conflitos existentes, envolvendo trabalhadores sem-terra no Sul do país, mas na verdade essa reforma foi paliativa, e favoreceu dezenas de grandes colonizadoras particulares que adquiriram milhares de hectares de terras a preços irrisórios. Com a abertura desta nova fronteira, grandes grupos econômicos nacionais e internacionais subsidiados pelo governo se instalaram na região. Esses grupos capitalizados passaram a adquirir por meios legais e ilegais grandes extensões de terras, onde foi desenvolvida a agropecuária e o extrativismo vegetal.

A concentração fundiária, e a exclusão social no campo levaram os movimentos sociais do campo a lutarem por uma reforma agrária na região, usando como táticas de pressão sobre o governo e o latifúndio a ocupação das terras improdutivas e griladas. A ação dos movimentos sociais organizados pelo MST, CPT, Sindicatos de Trabalhadores Rurais e outros movimentos, têm alcançados alguns resultados na luta pela terra, mas por outro lado, os embates são grandes por parte do latifúndio, que se utiliza de pistoleiros e policiais para reprimir, perseguir, prender e assassinar os acampados e as lideranças dos movimentos sociais.

Diante do latifúndio e do modelo de agricultura capitalista os pequenos agricultores descapitalizados não conseguem sobreviver e, muitos lotes e assentamentos inteiros são engolidos pelo latifúndio, e os trabalhadores viram mão-de-obra barata nas fazendas. Em geral os trabalhadores da agricultura familiar encontram muitas dificuldades para trabalharem a terra, devido ao crédito insuficiente, falta de assistência técnica, de tecnologias, de formação, de organização, de infra-estrutura e logística nos assentamentos. A falta de planejamento e políticas públicas específicas para cada assentamento que levem em conta as demandas produtivas e de consumo de cada região têm impedido o desenvolvimento da agricultura familiar.

O processo de ocupação desordenado como já falamos trouxe muitas conseqüências entre elas, os impactos ambientais provocados pelo desmatamento, queimadas e o uso indiscriminado de agrotóxicos nas lavouras sobre os biomas do Cerrado e da Amazônia. O bioma da Amazônia já teve mais de 18% da sua floresta destruída através de ações predatórias para dar lugar ao gado e a soja. A devastação aparece nos mapas de monitoramento, do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). O desmatamento avança em alguns estados da Amazônia Legal, principalmente nos estados de Rondônia, Pará e norte do Mato Grosso, este último tem sido campeão do desmatamento ilegal nestes últimos anos.

O objetivo desse estudo foi compreender como ocorreu o processo de ocupação da Amazônia Mato-Grossense e as transformações ocorridas no espaço geográfico através da posse da terra por pequenos produtores rurais e grandes grupos econômicos. Nesta perspectiva procurou-se entender as contradições sociais econômicas e ambientais existentes nesta região agrária, marcada por realidades antagônicas e conflituosas.

Este estudo foi realizado com base em dados secundários de leitura de alguns autores que tratam do tema, consulta em alguns sites específicos, e com base em dados primários como a realização de visita a três assentamentos da reforma agrária, três grandes fazendas, empresas do agronegócio, sindicatos de trabalhadores rurais e movimentos sociais campestinos. A ida ao campo permitiu através da observação direta conhecer a realidade complexa, resultante do modelo de ocupação que resultou na concentração da terra, nos conflitos no campo, nos impactos ambientais e num modelo econômico capitalista excludente voltado para na cadeia produtiva do agronegócio. Refletir sobre esta temática é importante, para entendermos as contradições sócio-econômicas e ambientais que foram produzidas no espaço geográfico que compreende a Amazônia mato-grossense.

Ocupação da Amazônia Mato-Grossense a partir dos anos 70

Na década de 70 os governos militares, intensificaram o processo de ocupação da imensa região Amazônica e do Norte Mato-Grossense, a intenção era ocupar a região para facilitar a expansão do capitalismo, e para resolver os conflitos de terras principalmente na região Sul do País. Abriam-se várias frentes de colonização, a ocupação ocorreu através de projetos governamentais e privados, para facilitar a integração da região, o governo militar criou o Plano de Integração Nacional (PIN) a idéia do governo federal era ocupar as terras devolutas e ociosas da vasta região. As terras realmente foram ocupadas por grandes proprietários, por grandes grupos econômicos que reproduziram na região o latifúndio como estrutura da propriedade de terras, usadas para expandir a nova fronteira agrícola, fundamentada na monocultura de grãos, no uso de tecnologias, de capital nacional e internacional.

O projeto de colonização da última fronteira brasileira, elaborado pela ditadura militar, não teve como objetivo assistir o caboclo da região, os problemas da seca do Nordeste, os problemas sociais do sul do país, muito menos beneficiar a grande maioria da população brasileira marginalizada e despossuída. Esse projeto foi elaborado para beneficiar principalmente as grandes empresas nacionais e internacionais. Nasceu com a finalidade de colocar os produtos da Amazônia no mercado mundial e, por intermédio dos militares, internacionalizar a região com a expansão de grandes conglomerados capitalistas (PICOLI, 2006, p. 49).

Em Mato Grosso, estado localizado na Amazônia Legal (figura 01), grande parte dos projetos de colonização foram feitos por empresas privadas, o governo federal através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e estadual através do Instituto de Terras do Mato Grosso (INTERMAT) fizeram uma reforma agrária camuflada para amenizar os problemas e as necessidades dos trabalhadores sem terra do Sul do país, distribuindo terras e criando assentamentos no entorno dos eixos das principais rodovias que cortam o estado sendo que, no eixo da BR-163 que, liga Cuiabá-Santarém, aberta pelos militares na década de 70, concentra um número maior de projetos, que deram origem a várias cidades que hoje servem de sustentação para o agronegócio, sendo a estratégia usada para facilitar a expansão do capitalismo na região.

A colonização privada teve caráter seletivo, e o acesso á terra implicava a existência de recursos próprios; á medida que a área se desenvolvia economicamente, os colonos descapitalizados iam se afastando, acelerando-se o processo de concentração fundiária. Com a intensificação da modernização agrícola, núcleos urbanos iam se desenvolvendo para atender as necessidades dessa atividade. Entretanto, assim como em áreas de colonização oficial, muitos colonos tiveram dificuldades de adaptação ás novas condições ambientais, sofrendo com a ausência de assistência técnica e financeira, além de outras promessas não cumpridas por algumas colonizadoras (BERNARDES, 2007, p. 133).

O projeto de consolidação da expansão da nova fronteira agrícola do país, feita através da ocupação e da expansão do capitalismo nas regiões Centro-Oeste e Amazônica, praticamente estão consolidados, graças aos grandes grupos econômicos que se instalaram na região atuando nos setores da agropecuária, agroindústria, comercio e no setor financeiro. No Estado de Mato Grosso a cadeia produtiva do agronegócio responsável pela economia do estado encontra-se nas mãos de grandes grupos econômicos representados por *tradings*, empresas nacionais e internacionais que atuam na comercialização da produção no mercado mundial, no fornecimento de sementes, insumos, tecnologias, crédito, logística e na venda de *commodity*. A ADM, Cargil, Fiagril, Amaggi, Sadia,

Perdigão, Dreifus, Bunge e Coimbra são empresas que alcançaram hegemonia no Estado de Mato Grosso.

Para Martins (1989) a Amazônia tornou-se uma espécie de colônia do grande capital, fonte de ganhos especulativos decorrentes da elevação da renda fundiária produzida pela abertura de estradas e ampliação da infra-estrutura econômica, pelo governo. Onde os empresários ganharam e ganham com a produção e com os incentivos fiscais. Os grandes grupos econômicos têm o monopólio das terras, da produção de grãos, insumos, sementes, comercialização, industrialização das matérias primas produzidas na região, além disso, são detentores do capital. Os vastos recursos naturais, madeira, minérios, água, terras, a rica biodiversidade (figura 02), e a possibilidade de agregar valor aos produtos, acumular riquezas e de incorporá-los ao mercado mundial tem atraído grandes grupos econômicos para a região.



Figuras 1 e 2: região que compõe a Amazonia Legal com destaque para o Estado de Mato Grosso e seus biomas degradados. Fonte: Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, 2001.

Por trás do discurso do governo militar, havia o interesse de enfraquecer os movimentos sociais que lutavam pela terra, de expandir as áreas de produção agropecuária e possibilitar o desenvolvimento capitalista na região, atraindo para cá grandes grupos econômicos que produziram uma nova configuração territorial através do uso de tecnologias modernas usadas na agricultura. Sendo que, este processo de ocupação não respeitou os povos nativos e os pequenos posseiros que viviam na terra há muito tempo as pessoas foram expulsas de suas terras, muitas forma mortas por grileiros, tribos indígenas inteiras foram dizimadas.

Reforma Agrária oficial e particular na Amazônia Mato-Grossense

Durante o regime militar, no governo do marechal Castelo Branco foi decretada a primeira Lei de Reforma Agrária no Brasil, que ficou conhecida como “Estatuto da Terra” influenciado pela política norte americana da “Aliança para o Progresso,” que defendia a distribuição de terras na América Latina como forma de impedir a manifestação dos movimentos sociais e evitar a expansão do socialismo, juntamente com essa Lei foi criado o Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA) que fixou o tamanho dos módulos rurais necessários para o sustento e o progresso de uma família assentada. Na verdade a reforma agrária proposta pelos governos militares nunca ocorreu de fato no Brasil.

A intervenção do estado na distribuição de terras nos países latinos americanos se deu devido o cenário das revoluções agrárias como no caso da Revolução Mexicana em 1910 que redistribuiu 43% das terras agrícolas e a Revolução Boliviana em 1952, distribuiu 80% das terras, essas revoluções deram origem aos programas de reforma agrária no continente. Tanto o processo das revoluções como as reformas agrárias feitas por governos contribuíram de forma significativa na estrutura fundiária e na concentração da terra em alguns países como: México Bolívia, Guatemala, Chile, Peru, Nicarágua e El Salvador que transferiram parte das terras do latifúndio para os campesinos sem terras que

passaram a produzir para a subsistência e a venda do excedente (SAMPAIO, 2005, p. 3).

A reforma agrária promovida durante a ditadura militar e a dos governos pós-ditadura, foram e continuam sendo superficiais, não atenderam as demandas e aos interesses dos milhares de sem-terra que necessitam da mesma para plantar e através dela construir a sua cidadania. O modelo de reforma agrária implantado pelos governantes brasileiros não tem resolvido os problemas sociais no campo, pouco tem contribuído para melhorar a qualidade de vida dos pequenos produtores rurais, porque junto com a terra, tem que vir outros programas que inclui: créditos, assistência técnica, formação, e tecnologias para que a produção da agricultura familiar seja fortalecida e a reforma agrária seja alcançada.

De acordo com representantes do MST, existem forças políticas no governo, grupos econômicos, políticos e fazendeiros que lutam para que a reforma agrária não de certo, principalmente na região Amazônia, onde prevalece o latifúndio, e grandes grupos econômicos que monopolizam a cadeia produtiva do agronegócio. No Congresso Nacional existem pressões políticas através da bancada ruralista, União Democrática Ruralista (UDR) representantes do latifúndio e do agronegócio lutam contra a agricultura familiar, contra a reforma agrária e contra os movimentos sociais do campo.

Ocorre que a reforma agrária realizada no país, não foi para corrigir a concentração de terras, foi e continua sendo uma política paliativa, pontual e parcial usada para amenizar o problema social do campo, para evitar os conflitos sociais entre os sem-terra e o latifúndio, não significando a democratização do acesso às terras.

Segundo dados do INCRA, nas décadas de 70 e 80 sob o regime militar, 268 projetos privados de desenvolvimento agrícola foram subsidiados em Mato Grosso, sendo que, grande parte deles foi destinada para o desenvolvimento da pecuária e agricultura, a reforma agrária, serviu para privatizar as terras federais e ocupar territórios indígenas e os espaços ocupados por posseiros. No período de 1940 a 2002 foram implantados 366 projetos de colonização particular e 399 projetos oficiais abrangendo uma área de 7.991.015 hectares, sendo que, durante a ditadura militar só foram implantados 59 projetos de assentamentos, isso deixou claro que a intenção não era fazer a reforma agrária na região amazônica a fim de resolver os problemas no campo.

Na visão de Martins (1986) a reforma agrária realizada na região Amazônica foi para demarcar as terras dos índios e dos pobres expulsando e excluindo-os do acesso a terra, foi uma reforma para legalizar e legitimar as terras dos grandes proprietários e das grandes empresas, isso nos faz entender que na região não houve uma reforma agrária de fato.

Nestes últimos 23 anos pós-ditadura, ocupados pelo governo José Sarney, Fernando Collor de Mello, Fernando Henrique Cardoso e o governo Lula, o modelo de reforma agrária implantado por estes governos ainda não deu conta de resolver o problema no campo. De acordo com informações do MST existe atualmente no país, acampadas mais de 150 mil famílias do movimento, outras 230 mil famílias ligadas a outros movimentos e 4.5 milhões de famílias sem-terra, 120 milhões de hectares de terras improdutivas que correspondem a 54 mil imóveis e 130 milhões de hectares de terras devolutas. Os assentados representam 20% dos produtores da agricultura familiar.

A reforma agrária dos governos “democráticos” realizadas até os dias atuais não deram conta de atender as demandas por terras no país. A cada ano que passa cresce a concentração fundiária os números de ocupação liderados pelos diversos movimentos sociais que atuam no campo não cessam (tabela 1), nestes últimos 10 anos foi mais de três mil ocupações segundo os dados do INCRA, o MST por sua vez, contava em 2005 com 124.240 famílias acampadas.

Tabela 1- Ocupações de terra no período 1995 a 2006. Segundo dados oficiais do INCRA

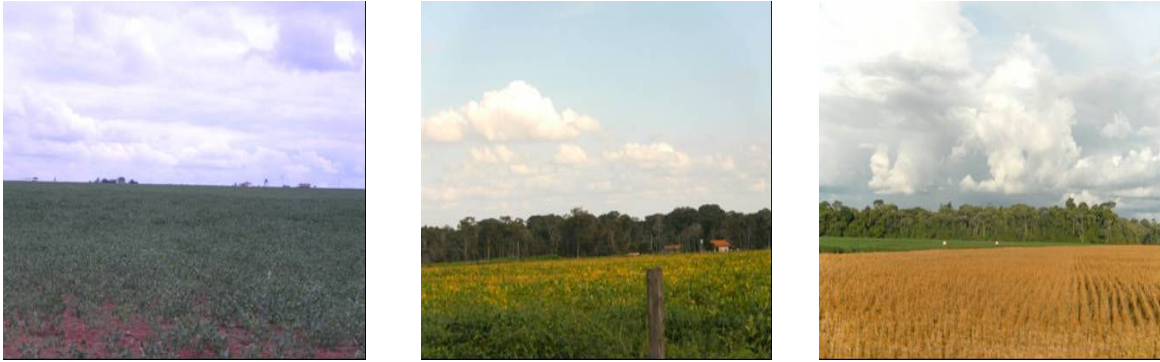
ANO	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Nº OCUP.	145	397	455	446	502	236	158	103	222	327	221	110
TOTAL	3.322											

Dados sobre ocupação de Terra no Brasil por trabalhadores sem-terra. Fonte: INCRA Relatório de Ouvidoria Agrária 2006.

No Mato Grosso, a questão agrária ainda não foi resolvida, observando-se no norte do estado ao longo da BR- 163 e nas demais regiões do Estado, vários acampamentos de trabalhadores sem-terras, e a cada dia que passa surgem novos. Em alguns acampamentos os trabalhadores estão anos de baixo da lona preta esperando pela desocupação de áreas improdutivas. No Norte do Estado os municípios de Nova Guarita e Peixoto de Azevedo têm apresentado vários conflitos pela posse da terra, com vários assassinatos, onde as lideranças da Pastoral da Terra responsáveis pela organização dos acampamentos são ameaçadas de morte constantemente.

O país está perdendo tempo em não reconhecer a importância da reforma agrária para os alijados do campo. Isso, é verdade, não tem necessariamente a ver com o chamado agronegócio. Tem a ver com o potencial das terras que permanecem ociosas e com a questão social do país. Mas a exclusão não é neutra do ponto de vista da geração de riqueza, pois alijar milhões de cidadãos da produção é também gerar um grande prejuízo econômico. É certo que a questão agrícola é uma, e a agrária é outra. A produção agrícola pode aumentar, mesmo sem reforma agrária, porque o investidor capitalista, no limite, pode arrendar a terra. Isso já era verdade na Inglaterra do século XVIII, e se os reformistas dos anos cinquenta no Brasil não sabiam disso teoricamente, tiveram que aprender na prática nas décadas seguintes (MALAGODI, 2007, p. 1).

Existem em torno de 500 assentamentos da reforma agrária, que no estado de Mato Grosso enfrentam muitos problemas, que vão desde a falta da regularização fundiária, falta de licenciamento ambiental, de infra-estrutura, crédito, assistência técnica, ou seja, de projetos e políticas públicas que viabilize de fato o desenvolvimento da agricultura familiar. Muitos assentamentos estão localizados distante dos centros consumidores, não tendo para quem vender o excedente da produção, outros assentamentos foram estabelecidos dentro de áreas de Reservas Legais, em áreas ambientais proibidas, sendo apontados como responsáveis pelos impactos ambientais sobre a floresta amazônica. Ocorre que os assentados recebem a terra, mas não recebem as condições necessárias para trabalharem a mesma, e através dela melhorar a qualidade de vida. Na Amazônia mato-grossense, muitos agricultores familiares estão sendo literalmente “engolidos” pelo latifúndio, e a estratégia para expulsá-los das áreas de interesse do capital é o arrendamento das terras ou a compra por preços abaixo do mercado, esse método é usado para incorporar as terras dos assentamentos da reforma agrária à monocultura de grãos. As fotos abaixo são exemplos reais que mostram a invasão da soja em três assentamentos diferentes (Figuras 3, 4 e 5).



Figuras 3, 4 e 5: Invasão da soja nos assentamentos da Reforma Agrária Ribeirão Grande, Cedros e Ipiranga do Norte no Mato Grosso. Fonte: De Carli, 2009.

A expansão da monocultura, da soja do algodão e das áreas de pastagens da agricultura capitalista tem contribuído para expulsar milhares de camponeses do campo responsáveis pela produção de alimentos para subsistência e isso pode comprometer a segurança alimentar, porque é dá agricultura familiar que saem os alimentos com uma carga menor de agrotóxicos, alimentos de melhor qualidade e mais baratos para o consumidor.

Chegamos ao século XXI, sem que o Brasil tenha feito uma reforma agrária de fato, a divisão justa das terras improdutivas e do latifúndio ocioso, a reforma é legítima e necessária para todos aqueles expropriados que vivem nas margens das estradas e à margem da sociedade. O grande problema que afeta o campo brasileiro é o latifúndio, ele é responsável pela pobreza, pela exclusão, pela marginalização, concentração de renda e a violência no campo. Para o MST a reforma agrária é um meio para resolver os problemas dos pobres da cidade e do campo, que enfrentam o problema da fome do desemprego da violência e da marginalidade. Para o movimento, a reforma agrária só é possível se ocorrer profundas mudanças econômicas e sociais, e isso só acontecem quando as massas populares se organizam.

Concentração de terra e expansão da agricultura moderna capitalista

O representante do MST em Cuiabá declarou em entrevista que o Estado de Mato Grosso é um dos estados brasileiro com a maior concentração fundiária, possuindo em torno de 3 milhões e quinhentos mil hectares de terras da União griladas, ocupadas pelo latifúndio. Cerca de 2 milhões de hectares de terras que podem ser usadas para a reforma agrária e atender milhares de famílias sem-terra que vivem abaixo da linha de pobreza. Essa estrutura fundiária concentradora revela a contradição entre o latifúndio e os trabalhadores sem-terra. A concentração de terras sem dúvida é uma das causas da miséria no campo.

Prevalece no Estado de Mato Grosso a agricultura moderna capitalista, caracterizada pelo uso de tecnologias de ponta, pela pesquisa científica, uso intensivo de agrotóxicos e outros insumos, é praticada em grandes extensões de terras, tem acesso a crédito nacional e internacional, está voltada para o mercado global, e esta nas mãos das grandes *tradings* que dominam a produção mundial de grãos. Esse modelo de agricultura é uma realidade na região e está se expandindo cada vez mais no eixo que compreende a BR-163 e em direção ao norte do Estado, onde grandes grupos econômicos ligados ao agronegócio e a cadeia carne-grão têm se instalado de olho no *nicho* econômico (figuras 6, 7, 8) e nas possibilidades de colocar os produtos industrializados no mercado mundial através dos portos de Santos e Paranaguá e futuramente através do porto de Santarém no Pará.

A nova fase de expansão territorial do capital, no que diz respeito á agricultura moderna no Mato Grosso, estende-se através de novas relações de mercados para além dos limites do território já incorporado e consolidado, com apropriação das terras para a obtenção do maior lucro possível, através da utilização de técnicas mais inovadoras com vista no mercado externo (BERNARDES, 2007, p. 135).

A agricultura praticada na região segue a lógica dos mercados globalizados, sendo controlada e ditada pelas leis de mercado internacional de *Commodity* e são negociadas nas bolsas de mercadorias de Chicago e na bolsa de Futuro. Prevalece uma economia capitalista fundamentada no modelo agro-exportador de grãos, carnes, álcool e biodiesel, a monocultura é feita em grandes extensões de terras. E, a cada ano que passa são incorporados milhares de hectares para o cultivo de grãos.



Figuras 6, 7 e 8: exemplo da modernização da agricultura e a presença de multinacionais no campo no Mato Grosso. Fonte: De Carli, 2009.

Os agricultores modernos ampliaram suas terras, seus negócios, tecnicizaram todo o processo de produção rural, reduziram os custos, agregaram valores nas matérias primas, diminuíram distancias através da logística entre o campo e os mercados consumidores, restringiram a geração de empregos e a distribuição de renda, substituindo a mão-de-obra humana pela máquina, produziram riquezas para poucos e avançaram na destruição dos ecossistemas do cerrado e do amazônico deixando na região um passivo ambiental e social muito grande difícil de ser recuperado.

Nos dias atuais, as zonas rurais são atingidas por um tipo específico de inovação, oriunda da ciência e tecnologia moderna e dos métodos industriais de gestão, a chamada modernização da agricultura, passa por um processo de melhoria da agricultura pela adoção de técnicas modernas. Não se pode pensar que a modernização se processa sem choque e atritos. O desemprego que é gerado pela liberação da mão-de-obra rural, as questões ligadas à concentração e a posse da terra são permanentes focos de conflitos, mas os problemas não são puramente econômicos e sociais, mas também ecológicos e agrônômicos: a destruição do meio ambiente, a disseminação irresponsável de agrotóxicos, a geração de novas pragas e doenças, a obtenção de produtos contaminados e de discutível capacidade alimentar (DINIZ, 1984, p. 220).

O agronegócio vem se consolidando na Amazônia Mato-Grossense, graças às políticas públicas de incentivo e fortalecimento da agricultura capitalista, da logística, dos serviços, da pesquisa e da inovação tecnológica. O Estado de Mato Grosso vem se tornando recordista na produção da cadeia carne e grãos, na produção do álcool e agora na produção do biodiesel. O Estado é o maior produtor de soja e de algodão do país, tem o maior rebanho bovino com mais de 26 milhões de cabeças. A agricultura moderna segue a lógica capitalista do lucro e concentração de renda nas mãos de poucos. A monocultura não é a solução para acabar com a fome no Brasil nem para a geração de riquezas,

igualdade social e desenvolvimento. É necessário pensar numa agricultura sustentável que não siga a lógica das políticas econômicas neoliberais responsáveis pela pobreza no campo, que contribuiu com a exclusão social, e empobrecendo uma grande massa de pessoas que estão fora da partilha dos lucros produzidos pelo latifúndio e pelas grandes empresas.

Problemas ambientais na Amazônia Mato-Grossense

A expansão da fronteira agrícola não levou em consideração a legislação ambiental, e os recursos naturais passaram a ter valor de capital, o uso desequilibrado dos recursos gerou uma progressiva destruição da biodiversidade através do desmatamento e das queimadas praticadas na região amazônica (figuras 9, 10 e 11). Segundo os dados do INPE, Estado de Mato Grosso apresenta o maior registro de áreas desmatadas dentro da Amazônia Legal, só nos primeiros meses de 2008 o desmatamento teve um crescimento de 60% a em relação ao mesmo período do ano passado. Geralmente o desmatamento ilegal é feito em áreas de Reservas Legais sem autorização e sem o licenciamento ambiental.



Figuras 9, 10 e 11: desmatamento em áreas de floresta amazônica, extração de madeira ilegal, imagem de áreas desmatadas na Amazônia Legal. Fonte: MMA e IBAMA, 2009.

O desmatamento traz conseqüências devastadoras para os ecossistemas, para a sustentabilidade ambiental podendo interferir no ciclo das chuvas e no aquecimento global através das queimadas. Diante disso o modelo agro exportador vem sofrendo pressão dos ambientalistas e do mercado internacional que exige a conservação e a preservação da Amazônia e que os produtos sejam ambientalmente e economicamente sustentáveis. Além dos problemas ambientais, da concentração da terra, concentração de renda e da exclusão social e substituição da mão-de-obra pela máquina. O setor agrícola é refém dos interesses dos mercados internacionais, das cotações do dólar, e das multinacionais que atuam nas agroindústrias. O desmatamento na Amazônia (figura 12) é realizado a principio pelo setor madeireiro, que extrai as madeiras nobres da floresta, depois vem o pecuarista que termina de desmatar para ocupar as áreas com a pecuária extensiva e posteriormente a plantação da soja e outras monoculturas.

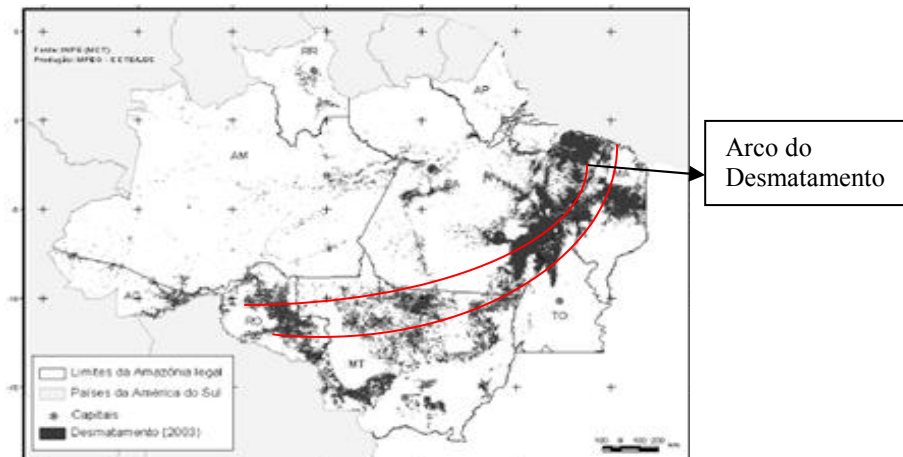


Figura 12: área total desmatada na Amazônia Legal.
Fonte: INPE, 2004.

Observa-se pelo mapa (figura 12) que o desmatamento é uma realidade na região amazônica no período de 2001 a 2003 os estados do Mato Grosso, Maranhão Pará e Rondônia, foram responsáveis por 90% do desmatamento na Amazônia Legal, estes estados continuam sendo os campeões em desmatamento. Esse fato ocorre devido ao alto preço da soja, do boi gordo, da madeira de lei, enfim produtos para exportação. A impunidade dos infratores que não respeitam a legislação ambiental e a corrupção nos órgãos públicos responsáveis pela fiscalização também tem favorecido o desmatamento, apesar do governo Lula ter intensificado a fiscalização através do Plano de Combate ao Desmatamento, o desflorestamento continua a acontecer na Amazônia mato-grossense.

Segundo informações do Instituto Sócio Ambiental (ISA) o Estado de Mato Grosso, tem um sistema de monitoramento e licenciamento ambiental considerado modelo para fiscalizar multar e implantar o licenciamento ambiental nas atividades agrícolas, sendo que, somente 2% das multas em média são pagas pelos infratores. O estudo sobre o Sistema de Licenciamento Ambiental em Propriedades Rurais do Estado do Mato Grosso elaborado pelo ISA em 2008, encomendado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) apontou, entre outros problemas, que um grande percentual das multas aplicadas pelos fiscais ambientais no estado é cancelado ou têm o seu valor reduzido. Além disso, o trâmite das infrações é bastante demorado, podendo durar mais de quatro ou cinco anos. De acordo com o trabalho, pelo fato da área derrubada irregularmente não ser embargada, a morosidade e a inoperância acabam favorecendo ainda mais o infrator porque ele pode continuar lucrando com atividades irregulares desenvolvidas, prevalecendo a impunidade para quem não respeita a legislação ambiental.

Por outro lado, existe o uso abusivo e indiscriminado de agrotóxicos no Estado de Mato Grosso, onde é utilizado em média 8.2kg de agrotóxicos por hectare, enquanto que a média no Brasil é de 3,2 kg por hectare, o uso excessivo de agrotóxicos tem como finalidade aumentar a produção de grãos, realizado sem um controle por parte dos órgãos competentes. Doses excessivas de veneno acabam afetando a cadeia alimentar dos biomas do Cerrado e da Amazônia. A cultura de milho e soja transgênicos foram introduzidas no estado mesmo sem estudos prévios sobre impactos ambientais e os impactos sobre a saúde humana, a produção hoje corresponde a 30% parte desta produção que é destinada as indústrias alimentícias.

Hoy es cada vez más evidente que la producción agropecuaria saludable y sostenible debe amoldarse a la diversidad de los ecosistemas y socio sistemas. En el tercer milenio está quedado dramáticamente claro que la cruzada uniformante que emprendió en capital desde hace más de quinientos años ha llegado a su limite; y también que el emparejamiento esta ocasionando una catástrofe

ecológica y social. (...), restablecer la pluralidad deseable es poner límites a la voracidad emparejadora del mercado. Si admitimos que el monocultivo, el abuso de los agroquímicos y el manejo irresponsable de los transgênicos no solo afectan la calidad de los productos y pone en riesgo la salud de los consumidores, sino que también depredan los recursos naturales y atentan contra la biodiversidad (BARTRA, 2007, p. 92).

Conflitos no campo e a luta pela terra

O acesso a terra é uma questão de sobrevivência, isso justifica a luta pela mesma, que vem ocorrendo desde os primórdios da humanidade, sendo que na sociedade contemporânea a mesma tornou-se mais acirrada.

No Brasil a luta pela terra surge no Nordeste, com Canudos e com o Cangaço contra as oligarquias agrárias detentoras das terras. Na década de 30 e 40 a luta se intensificou através das Ligas Camponesas influenciada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB). Centenas de outros movimentos sociais surgem na América Latina para fazer frente ao latifúndio e ao modelo econômico excludente, com suas bandeiras de luta estes movimentos lutam em favor da reforma agrária e da inclusão social dos povos indígenas, pobres e sem-terras os movimentos pressionam o Estado, os governos exigindo justiça social no campo na posse da terra, no respeito a cultura e uma intervenção na estrutura fundiária.

A decisão de entrar na luta pela terra não é tomada da noite para o dia, como uma decisão mágica. É fruto de todo um processo de expropriação, exploração perpassada pela alienação que oculta a eles a sua real condição de expropriados e explorados. No bojo desse processo, porém está presente a resistência. Acomodante a princípio, essa resistência vai se tornando pouco a pouco em resistência propulsora de um movimento de rebeldia contra a própria condição. E a resignação acomodada torna-se força de luta para a transformação (BORGES, 1997, p. 147).

No contexto da luta pela terra surge o Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST) em 1984, (figuras 13, 14, 15) o mesmo se tornou conhecido mundialmente por suas grandes mobilizações por suas marchas e acampamentos em terras griladas e no latifúndio improdutivo. O movimento é composto por milhares de pequenos trabalhadores rurais sem terra e de intelectuais orgânicos. No Estado de Mato Grosso vem atuando desde 1995, onde conseguiu cerca de 35 assentamentos.



Figura- 13, 14 e 15: manifestações do MST contra o agronegócio, por terra e pela Reforma Agrária
Fonte: MST. 2005 e 2008.

As lutas camponesas na Amazônia, no período da ditadura, não nascem no bojo da organização política nem nascem marcadas por um projeto histórico capaz de estabelecer o nexos unificador de confrontos dispersos e locais. Ao contrário. Durante grande parte da ditadura militar, tais lutas surgem espontânea e defensivamente, como resistência a ação violenta de policiais e pistoleiros a serviço de grileiros de terra e grandes proprietários (MARTINS, 1989, p 69).

O avanço da fronteira agrícola sobre o Cerrado e a Amazônia no Estado de Mato Grosso e no Sul do Pará tem contribuído ao longo dos anos para a violência permanente no campo. Segundo os dados da Comissão Pastoral da Terra (CPT) os maiores índices de assassinatos estão nestes dois estados, que configuram a nova geografia dos conflitos agrários. A violência tem se agravado (tabela 2) devido expansão das monoculturas do agrocombustíveis e a invasão em terras dos povos tradicionais indígenas e quilombolas. Na região predomina a lei do mais forte, daquele que tem terras, poder político e econômico, para estes estão disponíveis os serviços de segurança, os serviços judiciais e a lei que sempre fica a favor dos poderosos. Neste território onde a lei dos mais fortes prevalece às lideranças ligadas aos sindicatos de trabalhadores rurais, as ONGs que lutam em favor do meio ambiente e do uso sustentável da natureza, as lideranças dos movimentos sociais do campo são perseguidas, presas, ameaçadas e mortas.

Tabela 2- Conflitos no campo período de 1998 a 2007

Total	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Nº de Conflitos	1.100	983	660	880	925	1.690	1.801	1.881	1.657	1.538
Assassinatos	47	27	21	29	43	73	39	38	39	28
Pessoas Envolvidas	1.139.086	706.361	556.030	532.772	451.277	1.190.578	975.987	1.021.355	783.801	795.341
Hectares	4.060.181	3.683.020	1.864.002	2.214.930	3.066.436	3.831.405	5.069.399	11.487.072	5.051.348	8.420.083

Dados sobre os conflitos no campo no Brasil. Fonte: MDA, INCRA - 2002

Observamos que o número de conflitos e de mortes no campo durante estes últimos 10 anos não diminuíram, refletindo que o problema agrário no Brasil ainda não foi resolvido, e que a luta no campo é um problema social sério que envolve milhares de trabalhadores. As grandes empresas e o latifúndio têm enfrentado o movimento dos trabalhadores sem-terra através da pistolagem legalizada pelas empresas de seguranças prestadoras de serviços fato que ocasiona muitas mortes dos trabalhadores no campo. As mortes são a prova de que as relações sociais no campo no Brasil e no Mato-Grosso são violentas.

No período de 1971 a 1976, um em cada dois conflitos noticiados teve vítimas (mortos e feridos), sendo que mais de 50% corresponde aos casos de morte. O maior número de mortos de que feridos indica o grau de violência atingido na disputa pela terra. São considerados vítimas unicamente os mortos e feridos. Entretanto, seria necessário incluir entre elas os posseiros que tiveram suas casas queimadas por jagunços a serviços de grileiros, fazendeiros e grandes empresas nacionais e multinacionais; os que têm sido despejados, quase sempre violentamente, por equipes combinadas de jagunços e policiais com base em decisões judiciais (MARTINS, 1981, p.106).

Além de assassinatos de trabalhadores rurais, a violência no campo se caracteriza por constantes prisões arbitrárias, despejos e ameaças as organizações sociais que lutam pela terra. Uma das principais razões para a permanência desse quadro é a impunidade. O trabalho escravo conhecido como “escravidão branca” praticada pelos fazendeiros nas fazendas do Estado de Mato Grosso é outra forma de violência praticada no espaço agrário da região.

No Estado de Mato Grosso a terra deveria se constituir em solução econômica e social para os posseiros, índios e colonos, mas ao contrário a posse da mesma pelo latifúndio aprofundou as contradições e acirrou as tensões na luta pela mesma.

Considerações finais

O processo da ocupação da Amazônia mato-grossense, realizado pelos projetos de colonização particular e oficial, favoreceu grandes grupos econômicos que concentraram implantaram na região grandes fazendas de gado e grandes “*plantations*” de grãos, cana-de-açúcar, milho e algodão, matérias primas destinadas ao agronegócio, para o mercado internacional. O processo de ocupação foi violento, os povos nativos e posseiros que viviam na região tiveram suas terras invadidas e muitas nações indígenas exterminadas.

A reforma agrária realizada pelos militares favoreceu e legitimou o latifúndio na região, provocando a exclusão social dos povos tradicionais e centenas de agricultores que se tornaram sem-terra e que reivindicam a mesma através dos movimentos sociais que atuam na região.

Um projeto de reforma agrária que venha democratizar o acesso à terra, que promova o acesso ao crédito, as tecnologias, a informação, a logística aos processos da agro industrialização, e a inserção do pequeno produtor rural numa cadeia produtiva sustentável, poderá combater o desemprego no campo e na cidade, porque gera empregos para a família dos assentados ajuda a recuperar a dignidade dos mesmos. A distribuição de terras permite combater a fome, porque é nela que o produtor vai produzir alimentos para a subsistência da família evitando com isso o êxodo rural e o inchaço das grandes cidades, combatendo a marginalização das pessoas, é uma forma de produzir justiça social no campo.

A agricultura moderna alicerçada na economia capitalista neoliberal e no latifúndio, domina o espaço agrário do Mato Grosso, sendo responsável pela exclusão social e pela violência no campo e também pelo avanço do desmatamento da floresta Amazônica onde milhões de árvores são cortadas a cada ano para dar lugar a soja e a pastagem para o gado. É preciso pensar numa agricultura que seja sustentável do ponto de vista econômico social e ambiental que conserve a biodiversidade ainda existente no Estado. .

A luta dos movimentos sociais do campo do século XXI ultrapassa a reivindicação da terra, porque o momento demanda outras conquistas que garantam a dignidade e a cidadania dos milhares de homens e mulheres espalhados no imenso território nacional se faz necessário lutar para a construção de um projeto de desenvolvimento sustentável voltado para economia solidária, para sustentabilidade sócio-econômica, ambiental e cultural, diferente do modelo econômico neoliberal responsável por todo tipo de impactos na Amazônia mato-grossense.

Acredita-se que o problema agrário só pode ser resolvido através da organização das forças populares, dos movimentos sociais, isso porque a elite latifundiária, os governos neoliberais não têm interesses em realizar a reforma agrária de fato.

REFERÊNCIAS

BARTRA, Armando. **Marginales, Polifónicos, Trashumantes: Los Campesinos del Milenio.** In: FERNANDES, Monçano Bernardo; MARQUES, Marta Inês Medeiros; SUZUKI, Julio Cesar. (Org) **Geografia Agrária teoria e poder.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

BORGES, Maria Stela Lemos. **Terra: Ponto de Partida, Ponto de Chegada: Identidade e Luta pela Terra.** São Paulo: Anita, 1997.

BERNARDES, Julia Adão. **BR 163: UMA NOVA FRONTEIRAN DO CAPITAL**. In: MAITELLI, Gilda Tomazini, ZAMPARONI, Cleusa Aparecida Gonçalves Pereira. (org) **Expansão da Soja, na pré –Amazônia Mato-Grossense, Impactos Ambientais**. Cuiabá /MT: UFMT, 2007.

DINIZ, José, A. F. **Geografia da Agricultura**. São Paulo: Difel, 1984.

ESCARAVELI, Vanderli. **A luta do MST no Mato Grosso**. Cuiabá, 21 out. 2008. Entrevista concedida a Serlene Ana De Carli.

INCRA- **Relatório, ouvidoria agrária março 2006**. Disponível em: <<http://www.incra.gov.br/>> Acesso em: 20 de ago. 2008.

INCRA/MT, **II PLANO REGIONAL DE REFORMA AGRÁRIA DO ESTADO DO MATO GROSSO: Paz, produção e qualidade de vida no meio agrário**. Cuiabá: 1996.

Instituto Sócio Ambiental ISA. **Fiscalização aumenta presença na Amazônia, mas impunidade para os crimes ambientais continua**. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/esp/desmatamento/site/fiscalizacao_controle/fiscalizacao_aumenta_impunidade_continua>. Acesso em: 2 de fev, 2009.

MALAGODI, Edgar. **As questões Agrária e Agrícola**. 07/05/2007. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=4939> >. Acesso em: 16 ago, de 2008.

MARTIN, Jose de Souza. **Os Camponeses e a Política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1981.

————— **CAMINHANDO NO CHÃO DA NOITE. EMANCIPAÇÃO. Política e Libertação nos Movimentos Sociais do Campo**. São Paulo: HUCITEC. 1989.

MST. **Assentamentos 2005**. Disponível em: <<http://www.mst.org.br/mst/pagina.php?cd=871><http://14/07/2006>. Acesso em: 8 de fev, 2009.

PICOLI, Fiorelo. **O CAPITAL E A DEVASTAÇÃO DA AMAZÔNIA**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

SAMPAIO, Plínio Arruda. **Reforma Agraria y la lucha por la Tierra en América Latina. Território y Movimientos**. Revista eletrônica OSAL, Nº 16. Buenos Aires. Argentina. 2005.